

O momento atual da evolução da pecuária leiteira em Itaperuna: as transformações da estrutura produtiva na década de 1990

José Grabois*

Cátia Pereira dos Santos**

RESUMO

A presente pesquisa, cuja proposta é refletir sobre as diferentes formas de subordinação da pequena produção, verificou a existência de quatro fases na evolução da pecuária regional e o papel destes produtores em cada uma delas. Se nas primeiras caracterizou-se a subordinação, na última, verifica-se que a “modernização” da estrutura produtiva aponta para a exclusão do trabalhador do processo produ-

tivo, acentua sua expropriação, o êxodo rural e a formação de periferias. A este quadro de graves problemas sociais ligam-se, pois a raiz é comum, os impactos ambientais que resultam na ruína da base física da produção.

PALAVRAS-CHAVE:

Pequena Produção; Transformações da Estrutura Produtiva; Subordinação e Exclusão; Reordenação Espacial; Impactos Ambientais.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de pesquisa apoiada pelo CNPq, concluída em 1999, cujos resultados constam de forma bem mais aprofundada em relatório científico.

Visando a abordagem da problemática da pequena produção, buscamos compreender o tema da pecuária, através da sua evolução num contexto mais amplo, que envolva não só a produção, mas também as suas estreitas relações com o capital comercial e industrial.

O estudo se justifica dada a importância que a pecuária assume no conjunto da economia do Noroeste Fluminense e pela expressiva participação da pequena produção nesta atividade.

A opção pelo município de Itaperuna, cenário principal de todas as mudanças ocorridas na região, legitima-se por permitir melhor compreensão do processo de reordenação do espaço total.

A proposta da pesquisa – pensada também como parte do que consideramos questão ambiental – é evidenciar qual tem sido o papel da pequena produção ao longo das várias etapas de transformação da estrutura produtiva no Noroeste Fluminense. Busca-se, ao mesmo tempo, demonstrar a incompatibilidade de um desenvolvimento sustentável com o modelo prevalente na região.

A partir das interações sociedade/espaço, a proposta do trabalho baseia-se na preocupação de compreender como, historicamente, a relação de dominação do capital em suas diversas manifestações se cristaliza na (re)ordenação espacial.

Integra-se aos estudos das mudanças nas relações campo/cidade, que envolvem alterações nas relações sociais de produção, no processo de modernização agrícola e nas migrações, materializando reordenações espaciais no meio rural e urbano.

Apoiamo-nos no pressuposto de que uma dada realidade econômica e social só pode ser compreendida considerando-se, de forma integrada, os múltiplos fatores que a determinam. Assim, a sociedade deve ser encarada como um conjunto de relações de trabalho e convívio social, incluindo formas mais ou menos elaboradas de consciência coletiva. Estruturada em classes sociais, a sociedade se sustenta em determinado ambiente, que é modificado e aproveitado pela população mediante técnicas e formas de produção e intercâmbio, historicamente condicionados.

O enfoque metodológico do trabalho apoia-se no pensamento de Volsky (1972):

Não importa o grau de adiantamento do desenvolvimento tecnológico e científico da sociedade, a natureza – no seu estado inicial ou modificada pelo homem – foi e será sempre para a população, o seu habitat e a única base para a criação de riqueza material e meios de subsistência. Assim, a tarefa é fazer o uso mais racional e eficiente da natureza com a ajuda das forças produtivas criadas pela sociedade – homens e mulheres que possuem conhecimento relevante e know-how, implementos e meios de produção.

A Geografia Econômica tem provado acima de qualquer dúvida uma relação direta entre a utilização de recursos humanos e naturais, a localização, combinação, interação das forças produtivas, por um lado, e as relações de propriedade que existem numa dada sociedade com referência à terra e outros recursos naturais, implementos e meios de produção, por outro lado. A utilização de recursos depende de quem os possui, em cujos interesses eles são usados. (Volsky, 1972, p.1)

Estas considerações nos remetem à discussão da questão ambiental, tema de marcante atuali-

dade. A acelerada degradação ambiental resultante do progresso tecnológico sob a forma, segundo Ignacy Sachs, de um “maldesenvolvimento” (Vicira, 1995) fez com que o tema emergisse como objeto de investigação nas quatro últimas décadas. A questão ambiental, ligada ao que se convencionou chamar de desenvolvimento sustentável, assume importância crescente sobretudo a partir da década de 1970, podendo ser vista tanto em escala planetária como em escalas regionais e locais.

Encontram-se várias definições sobre a noção de sustentabilidade. Segundo Guimarães, há mais de cem e todas consideram que desenvolvimento sustentável significa “(...) a manutenção do estoque de recursos e da qualidade ambiental para a satisfação das necessidades básicas das gerações atuais e futuras (...)” (Guimarães, 1997, p. 22).

Há, porém, uma contradição entre as pretensões do mercado, dominante no modelo neoliberal vigente e as condições de existência concreta de sustentabilidade. Por isso, Guimarães (1997), com muita propriedade, questiona se esta situação caracteriza apenas uma dicotomia aparente ou se a sustentabilidade é uma proposta de transformação, cujos requisitos não condizem com a realidade atual, só podendo ser realizados no nível retórico, esvaziando-se, assim, do seu significado social. Isto nos remete diretamente à reflexão sobre os problemas inerentes à pecuária no Noroeste Fluminense.

Partindo dos pressupostos estabelecidos por Volsky (1972) e com base em Silva (1980), Lovisolo (1989), Santos (1978) e Martins (1979), buscamos compreender, na evolução da pecuária, como se realizam as diferentes formas de subordinação e exclusão da pequena produção.

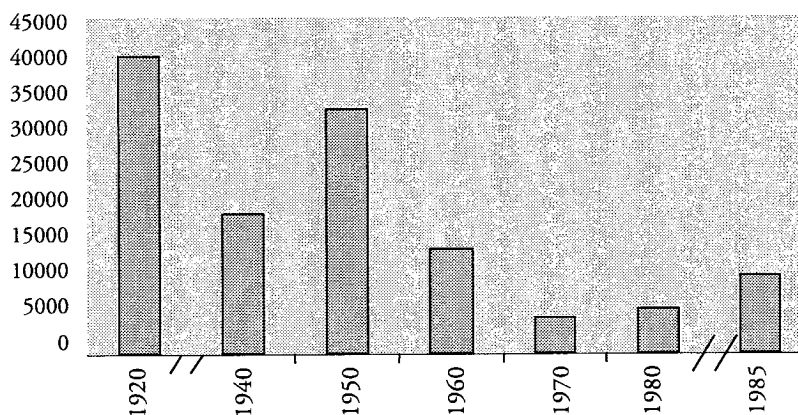
O PROCESSO DE MUDANÇA NA PECUÁRIA LEITEIRA: AGENTES E ESTRATÉGIAS

A primeira etapa desse processo corresponde ao que consideramos a “pré-história” da pecuá-

ria; reporta-se à época em que ela assumia um papel pouco importante nas fazendas de café. Eram animais de trabalho e a produção de leite restringia-se à propriedade, ilustrando o quadro clássico da *plantation* cafeeira no Brasil ou mesmo das pequenas e médias propriedades cafeeicultoras.

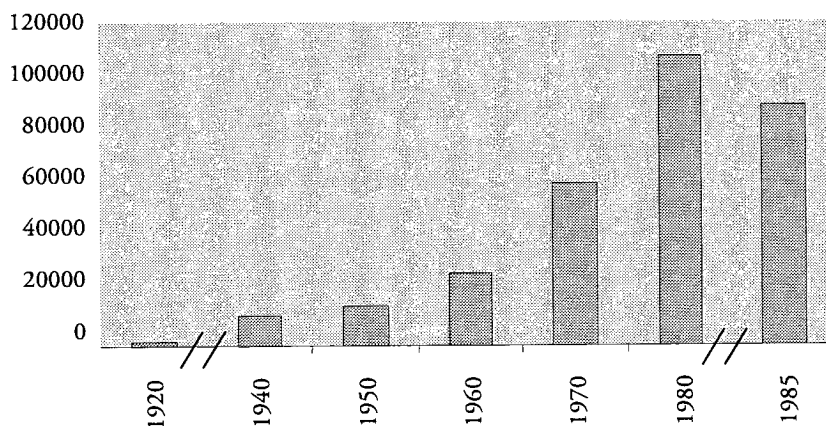
O segundo momento é marcado pelo surgimento, em 1941, da Cooperativa Agropecuária de Itaperuna Ltda, a CAPIL. Esta fase, iniciada quando a lavoura do café ainda representava a principal atividade econômica na região, apesar da crise dos anos trinta, prolonga-se até o início da década de 1960. (ver gráficos 1 e 2).

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO
NOROESTE FLUMINENSE (toneladas)



FONTE: IBGE. Censos econômicos de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1985.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE LEITE NO
NOROESTE FLUMINENSE (mil litros)



A partir da crise de 1929 e em consequência das oscilações do preço no mercado internacional ao longo das três décadas seguintes, os abalos sofridos pela cafeicultura abrem, progressivamente, caminho para o desenvolvimento da atividade pastoril. Neste período, coexistindo com os cafezais, a pecuária foi assumindo, de modo gradual, caráter complementar, transformando-se em alternativa para a economia regional, com o aumento progressivo do rebanho e da produção.

O volume de leite agora produzido começava a extrapolar as necessidades do consumo local. Era preciso criar outras condições de comercialização do produto; assim, um grupo de 20 fazendeiros decidiu fundar a CAPIL. Esta solução que interessava aos grandes produtores, significava também um caminho para os pequenos: descapitalizados e produzindo café de pior qualidade, não tinham condições de estocá-lo à espera de valorização. O leite, ao contrário, permitia a obtenção de uma renda que o café já não podia gerar. Este produtor auferia ainda uma receita adicional resultante da venda de alguns poucos animais para o abate.

Neste quadro, pode-se dizer que a fundação da CAPIL significou, entre outras coisas, uma estratégia de dominação dos pequenos produtores. Sem eles, sua existência não seria factível, pois chegaram a contribuir com quase 50% do total fornecido. Isto se explica pela necessidade de manutenção de um volume de leite que permitisse o fluxo constante para o mercado, agora ampliado.

Visando garantir o escoamento de um volume crescente de produção que ela não era capaz de distribuir, a CAPIL necessitava expandir seu mercado além das fronteiras locais e regionais. Negociou, então, a implantação, em Itaperuna, de uma fábrica de leite em pó de um grupo multinacional, estratégia para alcançar o mercado nacional. No início da década de 1950, o Sr. Fábio Garcia Bastos, diretor da única firma representante de produtos para laticínios no Bra-

sil – a Fábio Bastos Comércio e Indústria Ltda¹ – em contato com membros da General Milk, sediada nos EUA e subsidiária da Carnation Inc., teve conhecimento do interesse desta empresa em abrir uma filial no Brasil². Ligado à elite local e, assim, representando os seus interesses, propôs que se instalasse a filial em Itaperuna, com base no pressuposto de que a região possuía grande potencial de produção. Em 1952, ele recebeu carta da empresa aceitando o convite. Depois da visita de representantes da General Milk à região, foi decidida por seu vice-presidente, Sr. Lowell H. Wilson, a instalação da usina ao lado da CAPIL, em terreno doado pela mesma.

Esta associação favoreceu a multinacional na obtenção de matéria-prima a preços compensadores: quem realizava o recolhimento do leite era a CAPIL que se obrigava, segundo contrato, a repassar no mínimo 50% do total. A facilidade deste repasse deve-se à óbvia localização da indústria, uma vez que o leite é transportado através de uma tubulação suspensa conhecida por “leitoduto” (*sic*), que a liga à Cooperativa. A empresa compradora suprimia, assim, seus custos com transporte.

Em março de 1960, inaugurou-se a fábrica de Leite em Pó Glória, na época denominada Produtos de Laticínios do Brasil, cuja distribuidora era a Standard Brands of Brazil Inc. Posteriormente, a Fleischmann & Royal tornou-se acionista majoritária do conglomerado e absorveu a empresa à qual a Leite Glória pertencia.

Na década de 1960, quando da *débâcle* da cafeicultura, a pecuária leiteira, que crescia gradativamente, atinge sua plenitude. Assume, então, em definitivo, papel fundamental na economia regional. Pode-se falar, a partir daí, numa terceira fase de sua evolução, sendo o início marcado pela instalação da referida fábrica. Este histórico permite, porém, afirmar que a produção de leite já se tornara importante no início dos anos 50, quando se iniciam as *démarches* entre a CAPIL e a General Milk. A busca por mercados

extra-regionais começara, portanto, neste momento.

Em tese, a Leite Glória, por contrato, só recolhe leite nos municípios vizinhos de Itaperuna, estendendo-se a Minas Gerais. Quando a fábrica foi instalada, o repasse representava para ela 70% do total recolhido; aos poucos, foi intensificando a procura do leite em diversas localidades, ampliando seu quadro de fornecedores diretos. Hoje, este repasse significa apenas 30%, sendo os outros 70% provenientes de fornecimento direto o que inclui outras cooperativas como a de Miracema, a de Guaçuí e a CAVIL (Cooperativa Agropecuária do Vale do Itabapana Ltda.).

Este acordo revela uma relação de dominação por parte da multinacional que submete a Cooperativa aos seus interesses e necessidades. A CAPIL, mesmo cinquenta anos após a fundação, não foi capaz de ampliar seu mercado, reforçando-se cada vez mais a subordinação à Leite Glória. Conforme depoimento do encarregado da Cooperativa, na verdade, 90% do volume recolhido é repassado à Leite Glória, informação comprovada pela litragem fornecida por esta empresa.

A instalação da usina gera forte aumento da produção no Noroeste Fluminense e expansão da Cooperativa, que passa a drenar litragem maior; de 1960 para 1970, houve um crescimento de 127,56% no município e de 125% na região (IBGE, 1960; IBGE, 1970).

A associação CAPIL/Leite Glória significou o estabelecimento de uma relação simbiótica que exemplifica didaticamente a divisão internacional do trabalho então vigente. Por um lado a Cooperativa alcança o mercado nacional, aumentando os ganhos dos fazendeiros e, por outro, a grande empresa obtém matéria-prima a preços baixos, estabelecendo sua dominação sobre os produtores via CAPIL, onde se verifica a participação massiva da pequena produção. Esta relação materializa-se no espaço como uma única unidade de produção.

A pecuária vem mostrando, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, diante do chamado processo de globalização, significativas alterações na estrutura produtiva. Elas se manifestam sobretudo no que concerne às mudanças de atuação da Leite Glória, afetada pela presença da Parmalat, que atua na área desde o início dos anos 90, disputando o mercado e acirrando a concorrência com a CAPIL e, principalmente, com a Leite Glória. Esta, que já vinha ampliando sua atuação, criando linhas de leite e não dependendo somente do repasse da Cooperativa, está, agora, modernizando suas formas de comercialização, bem como as de produção. Inaugura-se, neste contexto, a quarta fase da evolução da pecuária regional.

Modificam-se as antigas relações entre a Leite Glória e a Cooperativa e, por conseguinte, as relações destas com os fornecedores. O *modus vivendi*, estabelecido entre ambas ao longo de três décadas, vai sendo alterado à medida que a empresa percebe a necessidade de aumentar seu volume de leite, por conta da concorrência. A perda de matéria-prima ocasionaria fatalmente prejuízos pela redução do volume de produtos industrializados, de maior valor que o leite *in natura*. A Leite Glória muda a sua forma de atuação, passando a intensificar o recolhimento direto de leite do produtor e investindo na melhoria da qualidade do produto.

No início dos anos 90, os postos de recebimento da CAPIL em Porciúncula e em Cambuci foram transferidos para a Leite Glória, não só pelo interesse desta, mas também devido à falta de recursos financeiros da Cooperativa e à distância dos postos à sede, o primeiro a cerca de 44 Km e o segundo a 77 Km. Evidencia-se aí, como o fator posição pode interferir na atuação de uma empresa. A CAPIL encontrava bastante dificuldade em manter os postos, principalmente aqueles mais distantes da sua usina de beneficiamento. Compreende-se, portanto, a venda do posto de Boaventura (40 Km de Itaperuna) à SPAM, depois absorvida pela Parmalat.

Ao mesmo tempo, a Leite Glória, atuando através de seu departamento de campo, implantou um programa de acompanhamento dos produtores, objetivando aumentar e melhorar a produção de leite.

Tais transformações fizeram com que a empresa absorvesse grande número de sócios da CAPIL, iniciando, porém, um processo seletivo que não beneficiaria os pequenos. Ao contrário, verificou-se em entrevista de agosto de 1997 que foram excluídos fornecedores com volume inferior a 30 litros/dia. Em fevereiro de 1998, a Leite Glória informou que já não aceitava litragens inferiores a 50 litros/dia. De 3.300 fornecedores que chegou a ter, restam apenas 900. Os pequenos produtores têm baixo ou nenhum potencial de crescimento por conta de uma condição estrutural que é a carência de recursos financeiros. Esta política em nada contribui para o encaminhamento de soluções de um problema social, já que a produção de leite representa praticamente a única fonte de renda de numerosos produtores.

Diferentemente das fases anteriores, onde se caracterizou uma situação de subordinação, assiste-se, agora, a exclusão de uma parcela considerável de pequenos produtores, levando provavelmente à proletarianização de boa parte daqueles que sobreviveram até hoje nessa condição. Eles buscam outras formas de sobrevivência, organizando-se em associações cujo objetivo é concentrar a produção de seus integrantes para alcançar os limites impostos pelas empresas.

A antiga estratégia da Leite Glória de instalar muitos postos, na sua expansão, intensificando a drenagem direta, foi deixando de ser funcional. Com a implantação do sistema de recolhimento do leite gelado nas propriedades, altera-se também a forma de atuação no mercado, tornando desnecessária a existência de tantos postos, uma vez que o leite pode ser transportado para distâncias bem maiores, através de caminhões-tanque frigoríficos, sem risco de perecimento.

Considerando que a Parmalat age do mesmo modo, permanecendo apenas com postos situados em áreas estratégicas como São João da Barra, Aperibé, Santa Maria Madalena, Boaventura e Campos, pode-se entender porque a Leite Glória fechou 9 de seus 14 postos no Estado. (Ver cartograma 1) A lógica é a de modernizar a produção e reduzir custos, o que implica na redução do número de funcionários. Observa-se, assim, que tais alterações, além de intensificarem a exclusão dos pequenos produtores, contribuem para o agravamento do desemprego na região.

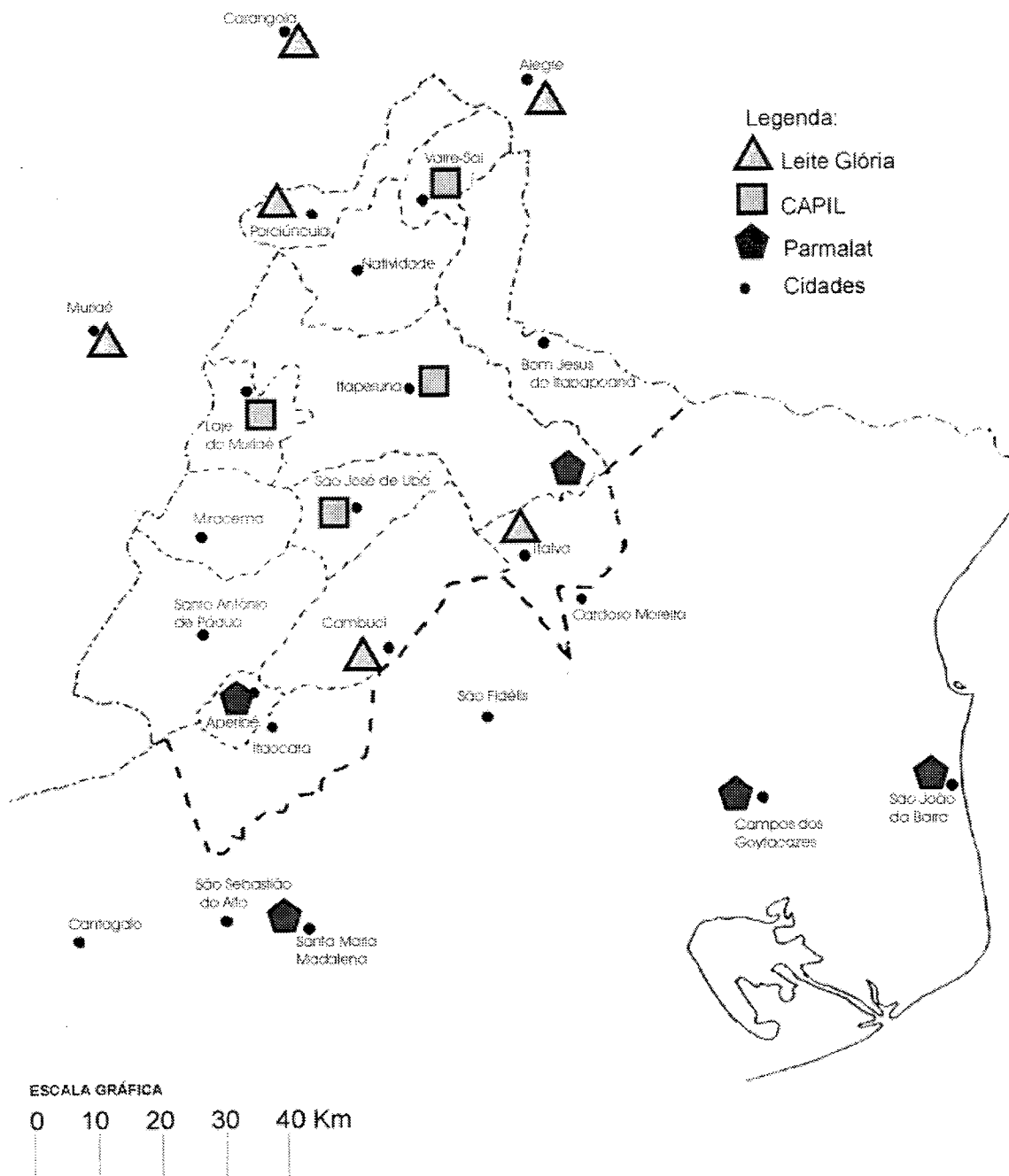
A Cooperativa, por seu turno, pensa propiciar mudanças em relação aos pequenos produtores, mas sua fragilidade, bem como a da pequena produção, constituem obstáculos estruturais à sua inserção nesse processo de mudança.

Diante da baixa qualidade do leite nacional e com a abertura dos mercados ligada à globalização, torna-se fundamental melhorar a qualidade do produto. Como no Brasil predomina uma pecuária leiteira de caráter ainda bastante tradicional, o governo federal acaba por estabelecer condições e prazos para a modernização da estrutura produtiva. A partir do ano 2000, fica proibido, por questões de higiene, o uso de latões para ordenha e transporte, devendo o leite ser entregue gelado aos postos ou às fábricas. Tais mudanças, porém, não ocorrem por acaso, sendo no mínimo estranho que somente em 1998 o Estado tenha tomado tais providências.

A CAPIL por não ter os mesmos recursos da Leite Glória para modernizar-se, além de não conseguir ajudar os pequenos produtores, pode sofrer redução na quantidade de leite repassado para esta empresa, por conta das novas condições de ordenha e transporte. A obrigatoriedade, em curto prazo, da “coleta” do leite gelado é uma medida que tende a excluir o pequeno produtor do circuito, sendo o governo um dos mentores do processo. Nesse cenário, parece-nos difícil sua sobrevivência.

Suas chances estão ligadas à formação de associações, nova faceta nas relações de subordina-

CARTOGRAMA 1 ÁREA DE ATUAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS NO NOROESTE FLUMINENSE E ADJACÊNCIAS



ção da pequena produção ao capital. Entretanto, diante da descapitalização dos associados, cabe perguntar até quando elas poderão se manter e atender à política de preços e qualidade praticada pelas empresas.

Entende-se, portanto, o porquê da fixação, pela Leite Glória, de uma litragem mínima para o recebimento do leite e de patamares diferenciados de pagamento conforme o volume e a qualidade entregue pelo fornecedor. Isto se explica pelo fato do produto ser submetido a uma classificação; caso não atenda satisfatoriamente às exigências, seu preço é reduzido. Este não é um fato incomum; ao contrário, esta desvalorização faz parte do quadro clássico de dominação da pequena produção pelo capital comercial/industrial.

A Parmalat, reconhecendo que o pequeno produtor sozinho não vai conseguir suficiente melhoria na qualidade do seu produto, estimula a sua organização em associações. No entanto, tal como a outra empresa, estabelece para o fornecedor um limite mínimo, ainda de 30 litros/dia. Ao que tudo indica, porém, acabará por seguir os passos da Leite Glória, isto é, o da exclusão desse tipo de fornecedor.

Face aos aperfeiçoamentos técnicos introduzidos, pelo menos por certo número de grandes produtores, há, em tese, nestes casos, melhoria na qualidade do leite. Os grandes produtores, investindo em máquinas e novas técnicas de manejo do gado e expropriando cada vez mais os trabalhadores, conseguem baixar seus custos, o que é compatível com um cenário construído segundo a modernização das relações capitalistas de produção. Assim, aos poucos, vão se adequando às novas condições de produção que significam, entre outras coisas, redução do preço do leite comprado pelas multinacionais. Justifica-se isso pelo baixo preço do leite importado, que naturalmente forçará uma redução ainda maior no preço do produto nacional. Permaneceriam em atividade somente aqueles que pudessem obter ganhos compensadores por possuírem um grande volume de produção.

No entanto, para a maioria dos pequenos produtores, diante do baixo nível de tecnificação, o valor do leite é mais alto por conta da grande quantidade de trabalho incorporada na sua obtenção. Em se tratando, porém, de uma economia capitalista, sua valorização é, diferentemente, feita pelo mercado, que estabelece o preço deste produto. É, assim, maior a expropriação sofrida por estes produtores.

Embora alguns produtores, principalmente grandes, estejam modernizando suas técnicas, deve-se compreender o conservadorismo que ainda prevalece na sua maioria. Se o fenômeno atinge os grandes produtores, o que dizer das condições que favoreçam mudanças no seio da pequena produção? Ao longo da história, não obstante suas estratégias de reprodução enquanto pequenas unidades familiares, a proletarianização as vem marcando fortemente.

Pensando o conjunto das relações sociedade/ espaço, deve-se refletir também sobre os impactos ambientais promovidos pela pecuária, onde predominam sistemas pastoris rústicos. Traduzem-se em ravinamentos e conseqüente perda de solo a partir da formação dos terracetes resultantes do pisoteio do gado. Estes ravinamentos, sem contar que decorreram em boa parte das técnicas de cultivo em linha de maior declive, levadas a efeito nas lavouras do café e do algodão, acham-se associados à pecuária não só pelo surgimento dos terracetes. O plantio de pastagens, considerado como melhoramento, pode, com frequência, ser associado à degradação dos solos. Diante da declividade, em geral forte, das vertentes das colinas, o trator tem limitações de deslocamento conforme as curvas de nível; assim, prepara o terreno segundo linhas de maior declive, técnica típica de sistemas tradicionais agora potencializada.

Na mesma linha de raciocínio, para melhor entendimento do processo de reordenação espacial que se desenrola no município de Itaperuna, é preciso compreender, no contexto da reestruturação produtiva, próprio desta fase do desenvolvimento capitalista, as estreitas relações

entre sistemas pastoris, estrutura fundiária e relações de trabalho.

Deve-se ressaltar que a interação de tais variáveis permite avaliar a intensidade com que o chamado processo de globalização atinge uma periferia do Rio de Janeiro e, portanto, a dimensão dos resultados deste movimento.

Levando em conta as alterações verificadas, é preciso refletir, do ponto de vista tecnológico, sobre as novas estratégias estabelecidas pela Leite Glória, face à concorrência com a Parmalat.

Interessada em garantir sua matéria-prima e a qualidade de seus produtos, e devido às exigências do mercado, a Leite Glória visa obter um leite de melhor qualidade, pois seus investimentos voltam-se agora para o aumento da produção de creme de leite e leite condensado, uma vez que o leite em pó, na consideração da empresa, já não é tão importante.

A empresa, cujas metas principais são o aumento da produção e da produtividade, melhoria da qualidade do leite e das pastagens e redução dos custos, desenvolve um programa de incentivo e acompanhamento do fornecedor. O produtor deve, em dois anos, dobrar a produção e assegurar, na entressafra, volume semelhante ao da safra. Tais medidas, que levam à obtenção de maior lucro, visam basicamente produtores que têm condições de fazer algum investimento. Aquele que não dispõe de terra e capital, tende a ficar à margem deste processo, agravando-se, assim, a crise social na região.

Destaca-se como inovação a chamada "coleta" a granel. Na realização desta operação, é preciso que o leite saia da propriedade já resfriado, a uma temperatura de 4°C. Assim, a Leite Glória financia resfriadores de imersão ou de expansão, de acordo com a disponibilidade de capital de cada produtor. A vantagem desta técnica é possibilitar a realização de duas ordenhas diárias, uma pela manhã e outra à tarde. Mantido o leite numa temperatura mais baixa, o risco de seu perecimento é diminuído. É um exemplo muito significativo de como as mudanças ocor-

ridas na comercialização vão influir decisivamente na estruturação dos sistemas pastoris.

No mesmo sentido a retomada do sistema de cotas, praticado inicialmente pela CAPIL e depois abandonado, consiste em mais um exemplo de adaptação às mudanças ocorridas na estrutura produtiva da atividade pastoril.

Esta estratégia, empregada tanto pela Leite Glória quanto pela Cooperativa, objetiva evitar queda muito forte do fornecimento no período de entressafra, já que a cota é propositalmente estipulada nesta época.

É um meio de induzir o produtor a fazer investimentos para a melhoria da qualidade do rebanho, das pastagens e das instalações, visando particularmente a entressafra, quando os pastos estão mais secos e é necessário complementar a alimentação do gado com ração. Trata-se de aperfeiçoar o sistema pastoril, tornando-o menos extensivo e rudimentar, elevando, assim, a litragem na época seca, o que garante uma cota maior para o período da safra.

O sistema de cotas representa, ao mesmo tempo, uma política que é a de conter o avanço da Parmalat. Conforme informações obtidas na Leite Glória, é justamente durante a entressafra que a outra multinacional atua mais intensamente, oferecendo melhores preços. O produtor, que na entressafra suspender ou diminuir o fornecimento, corre o risco de ter sua mercadoria recusada na safra.

Neste cenário, mesmo que tenham ocorrido algumas mudanças na base técnica da produção e nos mecanismos de comercialização, as relações de trabalho não acompanham tais transformações.

O trabalho qualificado é o do vaqueiro que cuida da ordenha, da higiene, da alimentação e, às vezes, da vacinação dos animais, havendo casos extremos em propriedades menores onde ele é o único empregado realizando todas as tarefas. Outros trabalhadores, permanentes ou temporários, se ocupam de atividades de manutenção da fazenda como roçar e irrigar pastos, consertar

cercas, porteiras, estábulos, cortar capim e levá-lo ao cocho, cuidar de cavalos e de pequenos animais e conforme o tipo de fazenda levar o leite para a CAPIL.

O número de trabalhadores varia, não só de acordo com a área da propriedade, mas muito em função do sistema pastoril adotado. Ao contrário do exemplo citado acima, em fazendas maiores e/ou modernizadas, a mão-de-obra é mais numerosa: das propriedades visitadas, o número de empregados fica em torno de 10 a 12. No comum dos casos, menos da metade é de trabalhadores permanentes que são mão-de-obra qualificada, lidando diretamente com o gado.

Moram na fazenda, dispondo de casa, luz, água e leite e têm na sua maioria a carteira de trabalho assinada. Apesar de receber os melhores salários, que em 1998 ficavam em torno de R\$ 200,00, cabe considerar que são altamente explorados pelos fazendeiros. Sua jornada de trabalho é maior que a dos diaristas: geralmente, iniciam o serviço às 4 ou 5 horas e terminam entre 17 e 19 horas.

Outros trabalhadores permanentes menos qualificados recebiam valores entre o salário mínimo e R\$ 170,00, podendo ou não morar na propriedade.

A mão-de-obra temporária é freqüentemente remunerada por diária que oscila entre R\$ 5,00 e R\$ 7,00, sem direito a repouso remunerado ou qualquer outro benefício estabelecido em lei. A jornada de trabalho estende-se das 7:00 às 17:00 h, e a despesa da refeição cabe ao diarista. Não têm qualquer vínculo, sendo o contrato verbal. Há também contratos de empreitada, menos comuns.

Não é por outra razão – os baixos salários que pagam – que os fazendeiros, receando ficar sem mão-de-obra, mantêm alguns moradores na propriedade. Mesmo assim, é generalizada a redução da mão-de-obra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de predominarem na região sistemas extensivos e tradicionais, rústicos, tanto na pe-

quena quanto na grande produção, os fatos observados apontam para uma tendência de transformação da estrutura produtiva na pecuária em Itaperuna. Compreendida através da lógica do capital, visto como relação social, ela se identifica, de um lado, pela modernização tecnológica e pela concentração financeira; e de outro, pela exclusão e/ou empobrecimento e aviltamento das condições de existência de parcela majoritária de produtores e trabalhadores assalariados. Num mundo ainda fortemente marcado pelo tradicionalismo, esta mão-de-obra, cada vez mais escassa e empobrecida, atende perfeitamente aos requerimentos da modernização.

Não se assume aqui uma postura rígida, de negação da necessidade de modernizar a sociedade e a economia. Critica-se enfaticamente a forma pela qual vem se realizando o processo que – encontrando inspiração em Graziano da Silva – poderia ser denominado modernização insustentável.

As mudanças traduzem-se na comercialização mais sofisticada, com transporte e armazenamento de volumes muito maiores do que antes e a conseqüente redução do número de postos de recolhimento do leite. Promovendo tais mudanças no sistema de drenagem da produção, mais rápido e eficiente, o objetivo das empresas é adequar a essa escala um número ótimo de produtores, mais reduzido e capaz de fornecer litragens muito grandes e leite de qualidade cada vez melhor. Assim, este processo está vinculado a produtores que tenham condições financeiras para implementar novas tecnologias. A mudança é pensada por uma elite distante da realidade social da região e cujo projeto não tem, agora, porque levar em conta a existência da pequena produção. Ao longo da história, seus caminhos sempre foram muito distintos, fato que se acentua especialmente neste momento de forte expansão do modelo de desenvolvimento capitalista que caracteriza o chamado processo de globalização.

Em outras palavras, as transformações resultantes deste processo não deixam de ser sinôni-

mo de uma modernização conservadora que acentua a expropriação do trabalho dos pequenos produtores, aponta para sua exclusão do processo produtivo e também promove a redução da oferta de empregos, tanto no campo como nas usinas e postos de recolhimento do leite.

Tais alterações certamente se refletirão, em sua especificidade, no processo de reordenação espacial, caracterizando-se, talvez, como um dos últimos movimentos de esvaziamento do campo numa região marcada, há pelo menos quatro décadas, pela forte rarefação de população rural.

Como pensar, então, em sustentabilidade, isto é, justiça social, neste cenário?

Enquanto a descapitalização inviabiliza, entre os pequenos produtores, a melhoria do sistema pastoril, para a maioria dos grandes o que se verifica é uma opção em investir o mínimo possível, daí decorrendo sérios danos ambientais.

A degradação ambiental está ligada, inicialmente, à lavoura do café, responsável pela devastação da mata tropical que revestia a maior parte do espaço. A pecuária intensificou esta degradação: hoje, segundo o IBGE (1995; 1996), o município de Itaperuna tem 77,1% do total das terras ocupadas com pastagens e o Noroeste Fluminense, 77,3%.

Tais impactos que provocam a ruína da base física da produção não consistem, porém, em fatos isolados: a eles associam-se, pois a raiz é a mesma, os graves problemas sociais. Exemplificam de forma emblemática a incompatibilidade deste modelo com um desenvolvimento sustentável.

É preciso refletir sobre as dificuldades de mudança nestes sistemas pastoris tradicionais. Eles compõem um conjunto maior que envolve a própria história regional e, portanto, além de fatores econômicos e sociais, aspectos culturais ligados a uma sociedade também tradicional. É forte a resistência à mudança; as transformações mais completas assumem, praticamente, caráter pontual. Acha-se o moderno, aqui e ali, ora mais ora menos, mesclado ao tradicional. É muito difícil pensarmos mudanças generalizadas na

pecuária em Itaperuna e no Noroeste Fluminense sem se pensar em mudanças sociais profundas, muito distantes do pensamento e ação, tanto das grandes empresas como dos organismos governamentais. Se estas são dificuldades de ordem técnica, o que dizer das relações sociais de produção?

A respeito das políticas públicas, há uma notável coincidência entre as novas disposições legais e o processo de modernização/concentração por que passa a pecuária leiteira, num momento em que as multinacionais ligadas a este setor estão se expandindo fortemente.

Mais uma vez, nota-se a implementação de uma política pública que só beneficia a grande produção. Agora não se trata somente da falta de crédito e de assistência técnica para o pequeno produtor e, tampouco da criação/manutenção de uma estrutura comercial que o favoreça. As políticas públicas nesta situação não passam de mera retórica, pois não há interesse em criar alternativas que permitam a inserção dos pequenos produtores no processo de modernização.

É possível dizer que, a exemplo do que se passa nos diferentes setores da vida nacional, vive-se, no município de Itaperuna, uma situação estrutural de crise, agravada agora pelas transformações que analisamos. O problema se evidencia pelo desemprego e subemprego, baixos salários, falta de cumprimento da legislação trabalhista, êxodo rural e formação de periferias na cidade e nas vilas.

Seria desejável que pequenos produtores e trabalhadores assalariados pudessem realmente beneficiar-se de mudanças, tecnicamente factíveis, mas politicamente impraticáveis; significariam certamente uma alternativa para a sua permanência no processo produtivo.

São muito grandes, porém, os obstáculos que se colocam para a efetivação de uma proposta consistente de reforma agrária que lhes desse, além de condições de acesso à terra (que muitos já dispõem, se bem que com pequenas áreas) e demais meios de produção, assistência técnica efetiva, crédito e uma estrutura de comercialização favorável.

NOTAS

- * Prof. Adjunto da UERJ. Geógrafo Pesquisador IA do CNPq. Doutor pela USP.
- ** Bacharel e Licenciada em Geografia pela UFF. Prof^a do Estado do Rio de Janeiro e do município de São Gonçalo.
- ¹ Documento inédito datilografado que historia a implantação da empresa, obtido na sede da Leite Glória em Itaperuna. Fábio Bastos possuía firma de representação de máquinas para fabricação de laticínios.
- ² Segundo o mesmo documento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRAZIANO DA SILVA, José (Org.) et al. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas

públicas. IN: BECKER, Bertha Koiffman e MIRANDA, Mariana (Orgs.). *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. 494p. p.13-44.

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. *Terra, Trabalho e Capital: produção familiar e acumulação*. 1ª ed. Campinas: UNICAMP, 1989. 231 p.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. 157 p.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

VIEIRA, Paulo Freire. A Problemática ambiental e as Ciências Sociais no Brasil (1980-1990). IN: HOGAN, Daniel Joseph e VIEIRA, Paulo Freire (Orgs.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1995. 234p. p.103-147.

VOLSKY, Victor. *La Géographie Économique. Revue Internationale de Sciences Sociales*. Paris, vol. XXIV, n° 1, p. 140-157. 1972.

ABSTRACT

The purpose of this research is to raise the several causes for the subordination of the small farmer production. We realised there where four stages of regional cattle raising, we also could distinguish the roles performed by producers in each one of them. The main feature concerning the three first stages was the subordination. About the last stage, however, we concluded that the growing usage of technology has leading to unemployment,

rural exodus, and the formation increasing spreading of urban peripheries. Into this scenario of serious social problems we may include the environmental impact, since they have a common root. The result is the ruin of the physical basis of production.

KEYWORDS:

Small Farmers; Changes In The Productive Structure; Subordination And Exclusion; Spatial Reordination; Environnemental Impact.